A *VEJA* E O SEU JEITO TUCANO DE SER: análise linguístico-textual de capas do gênero revista

Joane Marieli Pereira Caetano[1]
Carlos Alberto Moreira Dinucci Júnior[2]

Resumo: O presente estudo tematiza as relações discursivo-textuais presenciadas em gêneros textuais de cunho jornalístico da mídia brasileira. Diante da acepção original de gênero jornalístico, que o concebe a partir dos princípios de imparcialidade e objetividade discursiva, tem-se verificado que determinados veículos não seguem um direcionamento dicotômico entre imparcialidade *versus* parcialidade, mas apresentam certa relação de integralidade entre a necessidade de descrição objetiva dos fatos com as subjetividades de quem os narra. Assim, parte-se do seguinte questionamento: De que modo o ideário de imparcialidade jornalística se esvai na mídia brasileira? Utiliza-se como *corpus* de trabalho capas da revista *Veja* relacionadas ao assunto Política Brasileira, em especial, à representação dos principais grupos partidários na dinâmica contemporânea. Desse modo, objetiva-se, *a priori*, analisar os recursos linguístico-textuais empregados em tais veículos. Especificamente, pretende-se demonstrar como as estratégias textuais utilizadas no discurso corroboram com a construção de posicionamentos subjetivos da revista. Dentre as hipóteses, acredita-se que a revista *Veja*, objeto deste estudo, contribui argumentativamente para a construção da representação imagética de um partido político em detrimento de outro. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa inicialmente bibliográfica, tendo como aporte teórico Koch (1992; 2000; 2013), Marcuschi (2002; 2008) e Bakthin (2004), bem como de uma análise de dados baseada nos pressupostos da Análise do discurso francesa encontrada em Charaudeau (2009) e Maingueneau (2008).

Palavras-chave: Gênero Textual. Análise do Discurso. Política. Revista *Veja*.

Introdução

O Brasil é um Estado Democrático de Direito. Cada cidadão vale seu voto depositado em uma urna. A sociedade inteira, formada a partir da comunhão de diferentes indivíduos, que partilham o mesmo território, é responsável pelo estabelecimento de dirigentes eleitos, que executam, em tese, a vontade da maioria e legislam em favor dela.Entretanto, a preservação desse Estadodepende de algumas instituições. Entre essas, a imprensa, que se verifica aqui, mais precisamente,sua manifestação em uma revista impressa: a “Veja”. Em algumas

[1] Mestranda em Cognição e Linguagem (UENF); Especialista em Letras (UNIFSJ). Professora de Análise Textual (UNIFSJ). E-mail: joaneiff@gmail.com
[2] Graduando em Letras, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). E-mail: dinuccij@hotmail.com

capas da revista *Veja* são consideradas a posição e as intenções dos editores nas mensagens que transmitem.

Interessante destacar de antemão a função prototípica do gênero textual jornalismo, seguido pela premissa de que “todo gênero é marcado por sua esfera de atuação que promove modos específicos de combinar, indissoluvelmente, conteúdo temático, propósito comunicativo, estilo e composição” (ELIAS; KOCH, 2012, p. 107). Ao gênero jornalismo compete, em princípio, informar imparcialmente os cidadãos.Em “Da Democracia na América”, Alexis de Tocquecille, no século XIX, já aludia à importância da imprensa para o estabelecimento e preservação da igualdade democrática. O sociólogo afirma que a “[...] imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 398). Por meio dela o exercício de poder se permite a todos.

> Em nossos dias, um cidadão oprimido só tem um meio de se defender: dirigir-se à nação inteira e, se ela lhe for surda, ao gênero humano. E só há um meio para fazê-lo, a imprensa. Assim, a liberdade de imprensa é infinitamente mais preciosa nas nações democráticas do que em todas as outras; só ela cura a maioria dos males que a igualdade pode produzir. A igualdade isola e debilita os homens; mas a imprensa coloca ao lado de cada um deles uma arma poderosíssima, de que o mais fraco e o mais isolado pode lançar mão. A igualdade tira de cada indivíduo o apoio de seus próximos; mas a imprensa lhe permite chamar em seu socorro todos os seus concidadãos e todos os seus semelhantes. A tipografia apressou os progressos da igualdade e é um de seus melhores corretivos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 398).

Em seu trabalho, o visconde de Tocqueville, após longa visita aos Estados Unidos, redige no século XIX uma ode à democracia. Seu texto a defende, promove, quer vê-la chegando a todas as nações da Europa. Busca, contudo, ser razoável. Esclarece que mesmo o melhor remédio sempre traz algum efeito colateral. À democracia, o desamparo seria um desses efeitos; corrigido pela liberdade de imprensa.Assim, esclarece o valor de uma imprensa séria, que não se faça tendenciosa, que não modalize de acordo com os interesses de sua vontade. A informação chegando límpida aos cidadãos, para que eles tenham a liberdade de pesá-la, considerá-la sem que restem reféns da opinião engendrada por profissionais de conduta duvidosa das mídias diversas.

Na consideração das capas da revista *Veja* que aqui é feita, o leitor poderá observar e ponderar por si se houve ou não tentativa de manipulação. A opinião desta pesquisa é de que sim, houve. Diversas capas foram observadas, para cá trazidas algumas. O que se pôde perceber nelas é a busca pela desconstrução da imagem de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a opção por proteger a imagem de outro grupo partidário, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

1 As contribuições da Análise do discurso para se desvelar a (im)parcialidade jornalística

Neste estudo, parte-se da noção dialógica dos textos, proposta por Bakthin (2004), entendendo-os como produtos do processo de interação social entre os participantes de um enunciado. Nesse sentido, Koch (2013, p.22) concorda que "o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, a qual compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas da interação social".

Por mais vangloriosos e absolutos de certeza que possam parecer os insistentes discursos sobre a imparcialidade jornalística, verifica-se, desde os primados teóricos da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, que tal afirmação constitui-se como falácia, uma vez que um discurso midiático não é desprovido de intencionalidades, conforme ratifica Charaudeau (2009, p. 26):

> Qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor (CHARAUDEAU, 2009, p. 26).

A análise de conteúdos da mídia apresenta-se, assim, recheada de oportunidades de constatação de pronunciamentos subjetivos, destoantes da proposta inicial do gênero jornalístico que, em princípio, constrói-se por intermédio da visão objetiva sobre os fatos. Portanto, devem-se questionar as intencionalidades contidasnas revelações empíricas da subjetividade diagnosticadas no texto

jornalístico. Vale ressaltar as considerações de Pêcheux (1969, p. 71) a respeito das subjetividades articuladas à linguagem no discurso:

> [...] é um fato que esta oposição [língua versus fala] autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios postos a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso do impensável, o correlato necessário do sistema (PÊCHEUX, 1969, p. 71).

Os recursos linguísticos permitem, assim, o jogo discursivo, em que o locutor pode apoderar-se da língua como artifício de poder ao moldar aspectos textuais a depender do que deseja privilegiar. Sobre a "prática de escrever", Barthes (1978, p. 14) discorre que "o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro."

Para tanto, é requerido um campo investigativo que leve em consideração uma interpretação textual integrada, ou seja, espera-se aqui se interrogar a natureza da instância de recepção, na medida em que se traçam sondagens qualitativas do impacto do que é (im)perceptível pela audiência.

A questão da imparcialidade na produção de textos é revogada por Vogt (1980) ao afirmar que todo texto ou instância menor que este diz algo, mas o diz de um certo modo. Torna-se necessário recorrer aos pressupostos da Análise do Discurso justamente a fim de compreender que há a formação de uma cena enunciativa, na qual a construção de sentidos surge a partir de interações interpessoais em um "discurso que implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência" (MAINGUENEAU, 2008, p. 51).

Nesta concepção, as trocas dialogais entre enunciador e co-enunciador ou, conforme Koch (2000), locutor e alocutário, produzem vários níveis de significação, pois, segundoDucrot (1978), não basta estratificar o dito, mas verificar o nível do discurso, isto é, faz-se necessário compreender os jogos discursivos entre explícitos e implícitos. A atividade interpretativa passa a ancorar-se, então, na premissa de que

> [...] quem fala tem determinadas intenções, consistindo a intelecção justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. Compreende-se o querer dizer como um querer fazer; desse modo, introduzem-se no sentido todas as intenções de ação [...] e admite-se que o locutor deseja, de algum modo, fazer conhecer essa intenção (KOCH, 2000, p. 24).

2O engajamento partidário revelado nas capas da revista *Veja*

Neste momento do trabalho, analisam-se algumas capas da revista *Veja*. Como já adiantado, ficou à pesquisa a nítida impressão de que este órgão de imprensa, a despeito da obrigação de ser imparcial, de informar apenas, está comprometido com a causa política, sendo extremamente rigoroso às mazelas de um grupo enquanto se portacondescendentemente em relação a outro.

Os idealizadores das capas apresentadas não parecem em momento algum desejar esconder sua posição política pró-tucanos. Escancaram, em seus trabalhos, suas posturas antipetistas. Não se quer, aqui, condenar o envolvimento de particulares com a política partidária. O que se afirma é que a posição assumida não pode influenciar o exercício de profissão tão importante à saúde da democracia.

Ratifica-se: qualquer mídia tem não só o direito, mas também o dever de informar os cidadãos, membros da sociedade, de quaisquer desvios, prevaricações, negligências cometidas pelos seus representantes políticos. O que não pode ocorrer é que, assumindo uma postura partidária, dada mídia seja cruel em sua representação contra um e complacente em relação a outro.

Na primeira capa a ser analisada, articulam-se vários recursos imagéticos para a construção das significações. Objetiva-se, aqui, verificar as nuances discursivas identificadas neste constructo textual:

Figura 1 – Capa 01
Fonte: Site oficial da revista Veja

Nesta primeira, já há algumas questões a serem pesadas. A primeira delas: a edição é de junho de 1994. O Brasil estava às portas de sua eleição presidencial. O candidato do PT, Luiz Inácio “Lula” da Silva, de origem popular, concorreria contra o do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Embora se tenha apontado na imagem o suposto brilho do Partido dos Trabalhadores, a capa da revista faz alusão a certo medo, que reverberou em outras candidaturas do futuro presidente Lula. Assim, até para elogiar o PT a revista *Veja* encontrou maneira de positivar os receios de certa classe brasileira diante da possibilidade de assunção de um ex-operário ao Planalto. Sobre a antiga profissão do presidente Lula, deve-se atentar à mão que envolve a insígnia do Partido. Certamente, pela robustez, pelas unhas escurecidas, não acudia à cadeira de Sociologia de nenhuma grande universidade. É a mão de um trabalhador, e a possibilidade de alguém saído da classe dominada ascender ao maior cargo da República Federativa do Brasil, o terror que isso provocava e

provoca em um pequeno grupo – a elite nacional – fica muito claro em “O Povo Brasileiro”, do antropólogo Darcy Ribeiro.

> [...] as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente (RIBEIRO, 2014, p. 21).

Mais uma vez, nesta segunda capa, oito anos depois, a tática do terror como estratégia argumentativa na produção de sentidos no discurso. Recorre-se à ideia de impor medo aos eleitores: o susto.

Figura 2 – Capa 02
Fonte: Site oficial da revista Veja

Dessa vez o discurso não venceria, entretanto. Nas urnas, os eleitores deram o voto de confiança ao candidato popular. Derrotando José Serra no segundo turno, Lula chegou ao Palácio do Planalto. Mas se observa de novo a tentativa da revista

Veja de impedir a eleição do candidato petista.Darcy Ribeiro, novamente, explica essa postura no livro supracitado:

> Não é impossível que a reordenação social se faça sem convulsão social, por via de um reformismo democrático. Mas ela é muitíssimo improvável neste país em que uns poucos milhares de grandes proprietários podem açambarcar a maior parte de seu território, compelindo milhões de trabalhadores a se urbanizarem para viver a vida famélica das favelas, por força da manutenção de umas velhas leis. Cada vez que um político nacionalista ou populista se encaminha para a revisão da institucionalidade, as classes dominantes apelam para a repressão e a força (RIBEIRO, 2014, p. 23).

Segundo Michel Foucault, todo discurso produzido e reproduzido ao longo do tempo é um discurso de poder. Esse discurso representa a vontade de uma classe e que se foi estabelecendo no decorrer da história. A história, selecionando memórias, foi sendo construída pelos grupos. Em “A Ordem do Discurso”, o filósofo diz que “[...] gostaria de tentar perceber como se realizou, mas também como se repetiu, se reconduziu, se deslocou essa escolha da verdade no interior da qual nos encontramos, mas que renovamos continuamente” (FOUCAULT, 2014, p. 58).

As verdades, segundo Foucault, são selecionadas, escolhidas. Vão sendo reforçadas ao correr do tempo. Consolidam-se. Por isso o zelo deve ser constante quanto ao que produz o jornalismo. A repetição contundente de um determinado discurso pode estabelecê-lo como indiscutível. Não se deve admitir na democracia a ausência do contraditório. Forças antagônicas são freios aos governantes que porventura abusem das posições em que estão; outorgadas pelo povo. A liberdade de imprensa deve ser preservada, mas deve ao mesmo tempo ser cobrada a postura equilibrada das mídias em sua atuação no cumprimento de seu dever social.

Ainda no ano 2002, um mês após utilizar a tática do terror, a revista *Veja* apelou aos estereótipos. Nesta terceira capa, buscou-se incutir na cabeça dos eleitores a ideia de que o torneiro mecânico, nordestino, de origem humilde, não estaria apto à Presidência da República.

Figura 3 – Capa 03
Fonte: Site oficial da revista Veja

Assim, apresentando fotos de governantes anteriores e através do texto, buscou-se demonstrar que a autoridade e a capacitação de um presidenciável estão ligadas às suas "qualidades individuais". Sabe-se que, segundo a Constituição Federal de 1988, "todo poder emana do povo", mas a impressão que a capa deixou é a de que esse "poder" reside numa imagem específica. Dessa forma, o então candidato Lula não estaria em condição de exercer um mandato digno, já que não cursara o nível superior, não sabia falar inglês, entre outras coisas. Alguns anos à frente, após sua eleição e reeleição, a diminuição da pobreza, da desigualdade e a aprovação pública do petista foram suficientes para desmentir esta edição da revista *Veja*.

Na próxima capa da revista *Veja* em análise, edição de maio de 1997, expõe-se o rosto do então Ministro Sérgio Motta. Amigo pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta teve seu nome envolvido no esquema de compra de votos dentro do Congresso Nacional. Exato: o mesmo esquema que, no Governo Lula, foi chamado de "mensalão".

Figura 4 - Capa 04
Fonte: Site oficial da revista Veja

Tal prática corrupta que escandalizou o país já era praxes naquele tempo. No entanto, esta revista não relaciona de forma alguma o escândalo ao presidente Fernando Henrique. A imagem dele não estampa a capa. Não é mencionado seu partido. O ministro Sérgio Motta é utilizado como "boi de piranha". Não há sequer uma menção na capa à possível "vista grossa" de FHC. Não há charges.Não há chacota. A imagem do PSDBista sai intacta desta edição da *Veja*.

Como levar a sério um órgão de imprensa, uma revista de tradição, de alcance nacional, que adote esse tipo de postura?Que maquie a verdade?Que a disfarce e a distorça à sua vontade, boa ou má? Não se cobra da revista que omita vexames ou deixe de tripudiar das vergonhas de corrupção, dos absurdos do governo petista. O que se exige é uma posição justa, equilibrada, frente aos fatos. Se há criatividade para a confecção de capas que visem à desconstrução dos presidentes de um partido, como se vê a seguir, deve haver a mesma capacidade inventiva para o desfazimento da imagem sóbria que se construiu ao longo dos anos dos candidatos do outro partido.

Abaixo, entre as duas capas há, claro, um diálogo, em específico, uma releitura intertextual sabiamente articulada por se tratar de uma manifestação discursiva

> constituída de elementos linguísticos intencionalmente selecionados e ordenados em sequência, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (KOCH, 1992).

A intertextualidade retratada pelas capas, capa “a” é de 2006 e a capa “b” é de 2015, constrói-se exclusivamente de imagens, em nenhuma das duas encontra-se texto escrito. E tais imagens falam. Querem tratar a cegueira dos presidentes petistas; ou dizer que estão perdidos, como crianças na brincadeira pueril da “cabra-cega”, como se evidencia pelo uso da faixa presidencial como “tapa-olho” típico desta brincadeira infantil.

Figura 5 - Capa A
Fonte: Site oficial da revista Veja

Figura 6 - Capa B
Fonte: Site oficial da revista Veja

Constitui-se em tais capas a intertextualidade, pois este fator da textualidade corresponde ao entrelaçamento de textos. Segundo Marcuschi (2008), retoma-se de algum modo o “discurso original”, partindo-se do que se chama de informação dada proveniente de experiências anteriores – “aquela que se encontra no horizonte da consciência dos interlocutores” (CHAFE, 1987) – para se construir um novo texto. Assim, a apropriação de uma capa de revista antiga relida em alusão a outro candidato, mas ambos do mesmo partido, induz que as ações de um político se repetem através do outro, em termos mais específicos, o não engajamento dos presidenciáveis diante de algumas problemáticas continua sendo uma tática do partido.

O ex-presidente e a atual, caricaturados, não viram nada ou não sabem de nada. Tateiam, mas não encontram. A grande questão: por que não se adota, em momento algum, a mesma postura contra o presidente FHC? Por que a sua imagem, ainda que uma caricatura sua, não é identificada à corrupção de seu

governo, sob seu nariz, envolvendo um amigo seu? Porque “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Palavras finais

A discussão da articulação linguístico-textual de pronunciamentos da revista *Veja* apresenta oportunidades de se revelar, assim, as “forças sociais que lutam pela legitimidade de alguns discursos e pela ilegitimidade de outros” (POSSENTI, 2009, p. 38), visto que as intenções de determinados segmentos da mídia brasileira utilizam-se da linguagem para apelar para aargumentatividade de múltiplas ordens a fim de explicitar suas posições.

O ano de 2015 tem-se revelado complicado à política brasileira. Dilma Rousseff, presidenta eleita democraticamente, vai resistindo como pode às investidas, muitas vezes desleais, de seus opositores. Nesse contexto, o respeito à verdade é mais que imprescindível. O risco de rasgar-se a liberdade é, de fato, iminente. Tocqueville considera esse perigo real quando há duas forças tão equiparadas se digladiando em um Estado Democrático. O autor afirma que “quando uma sociedade vem a ter realmente um governo misto, isto é, igualmente dividido entre princípios contrários, ela entra em revolução ou se dissolve” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 295). Há, portanto, razão para temer os gritos pró-ditadura, que ecoam em algumas ruas do Brasil.

Vale discutir o comprometimento do veículo jornalístico como gênero textual de prática social, já que estes são, conforme Marcuschi (2002, p. 22), constructos textuais materializados utilizados em grande escala na vida diária das pessoas. Diante disso, o que se espera de qualquer mídia é um comprometimento real com os fatos, uma postura ética, que corresponda à importância de sua função. O jornalista, não interessa se formado ou não em curso de jornalismo, deve relatar os fatos com parcimônia. A atividade jornalística é de grande relevância à preservação da democracia, à proteção dos direitos individuais e coletivos e deve posicionar-se ao lado do povo, não ao lado de um ou outro partido político. Infelizmente, o que se tem observado da revista *Veja* não é essa conduta ilibada. As capas verificadas aí estão

para demonstrar isso. Seria extremamente interessante para todos os brasileiros que não fosse assim; mas é.

A despeito do que o historiador francês afirmou no século XIX, esta revista tem feito política partidária procurando manipular os eleitores. A construção de estereótipo que, segundo a revista *Veja*, é modelo para quem pleiteie a Presidência; a tentativa de assustar possíveis eleitores do PT, o desligamento da imagem dos políticos do PSDB dos escândalos de corrupção, e a sátira diante das mazelas do atual governo revelam o jeito tucano de ser da revista *Veja*. Haverá, logo, novas eleições; novas oportunidades para investigar a maneira de conduzir ou narrar os fatos, adotada pela revista. Fica nesta pesquisa o sinal de alerta: que os leitores tenham-no em mente ao se debruçarem sobre o que *Veja*ou outros veículos jornalísticos doravante apresentarem.

Referências

BAKTHIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2004.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. S. (ed). **Coherence and grounding in discourse.**Amsterdan: John Benjamins, 1987.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** Trad.: Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, O. **Pressuposição e Alusão.**Cultrix: São Paulo, 1978.

ELIAS, Vanda Maria; KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Argumentação e Linguagem.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O texto e a construção dos sentidos.** São Paulo: Contexto, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação.**In: POSSENTI, S. et. al (Org.). São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Org.).**Gêneros textuais & ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso.** Campinas: Pontes, 1969.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso:** ensaios sobre o discurso e sujeito. São Paulo: Parábola, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VOGT, C. A. **Linguagem, Pragmática e Ideologia.**São Paulo: Hucitec FUNCAMP, 1980.